



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
MUNICÍPIO DE RIQUEZA**

---

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/2020.**

**MENSAGEM DO PODER LEGISLATIVO**

Senhores Vereadores:

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 139, inciso IV, do Regimento Interno e artigo 42 IV da Lei Orgânica.

A respeito do conteúdo proposto no novo artigo, justifica-se tal redação em face das novas tendências a respeito da publicidade dos atos municipais, bem como adequação às constituições Federal e Estadual, que versam sobre o tema da seguinte forma:

Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Constituição Estadual:

Art. 111. O Município rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição, e os seguintes preceitos:

Parágrafo único. Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município ou da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer ou de acordo com o que determinar



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**MUNICÍPIO DE RIQUEZA**  
**7ª Legislatura**

---

a sua lei orgânica, ou ainda em meio eletrônico digital de acesso público.”

Na mesma linha, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina já se pronunciou sobre o tema, inclusive para referendar a possibilidade do município instituir como diário oficial um veículo de circulação eletrônica, disponível apenas na Internet:

Prejulgado 1934

1. Com fundamento nos arts. 111, parágrafo único, da Constituição Estadual e 6º, XIII, da Lei (federal) n. 8.666/93, as exigências de publicações previstas nos arts. 26, caput, e 61, parágrafo único, da Lei (federal) n. 8.666/93 e 4º, I, da Lei (federal) n. 10.520/02 podem ser cumpridas pela publicação dos atos neles previstos no diário oficial eletrônico, desde que lei municipal defina este meio como o oficial de publicação.

**2. A publicação dos atos normativos somente pelo diário oficial eletrônico é possível desde que lei municipal defina este meio como o oficial de publicação também para este tipo de ato - aplicação analógica do art. 111, parágrafo único, da Constituição Estadual e da Lei (federal) n. 11.419/06.**

3. Em ambos os casos, a lei deve garantir que sejam cumpridos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade previstos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

4. Quando a lei exigir outros meios de publicidade e divulgação dos atos administrativos além do diário oficial, como na hipótese do art. 21 da Lei (federal) n. 8.666/93, deverá a Administração Pública realizar os referidos procedimentos.

Por tais razões, justificam-se como necessárias e pertinentes as alterações sugeridas nesta Emenda à Lei Orgânica Municipal, pelo qual esperamos que o Poder Legislativo aprove este projeto.

Riqueza - SC, 04 de dezembro de 2020.

**Rogério Vicente**  
Presidente



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
MUNICÍPIO DE RIQUEZA  
7ª Legislatura**

---

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 03/2020.**

**ALTERA O ARTIGO 85 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,  
QUE TRATA DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS MUNICIPAIS.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 139, inciso IV, do Regimento Interno e artigo 42 IV da Lei Orgânica.

**Artigo 1º** O Artigo 85 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 85. Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º - A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º - O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º - A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.”

**Artigo 2º** Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Riqueza, 04 de dezembro de 2020.

**Rogério Vicente**  
Presidente